

ARTIGO ORIGINAL

O psicólogo em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes: possibilidades cotidianas de atuação multidisciplinar

Kélen Medianeira Pozzobon

Universidade Federal de
Santa Maria, Brasil
kelenpozzobon@gmail.com

Renata Petry Brondani

Universidade Federal de
Santa Maria, Brasil
renata_pb@hotmail.com

Jana Gonçalves Zappe

Universidade Federal de
Santa Maria, Brasil
jana.zappe@ufsm.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é problematizar o compartilhamento do cuidado de crianças e adolescentes em acolhimento institucional por meio da interação entre profissionais da rede de atendimento, envolvendo as áreas da Psicologia, Educação, Serviço Social, Saúde e Direito. Conclui-se que, apesar de desafiador, o compartilhamento do cuidado oportuniza a atuação multidisciplinar e é fundamental para a garantia de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Acolhimento institucional; Multidisciplinaridade.

RECEBIDO EM 24/04/2023
ACEITO EM 18/07/2023



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

El psicólogo los servicios de atención residencial de niños y adolescentes: posibilidades cotidianas de la acción multidisciplinaria

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es problematizar el cuidado compartido de niños y adolescentes en el cuidado institucional a través de la interacción entre los profesionales de la red de servicios, involucrando las áreas de Psicología, Educación, Trabajo Social, Salud y Derecho. Se concluye que, a pesar de ser un desafío, compartir el cuidado brinda oportunidades para la acción multidisciplinaria y es fundamental para garantizar los derechos.

PALABRAS CLAVE: Psicología; Servicios de atención residencial; Multidisciplinario

The psychologist in child and adolescent accommodation institutions: everyday possibilities of multidisciplinary action

ABSTRACT

The objective of this work is to problematize the sharing of care for children and adolescents in institutional care through interaction between professionals in the service network, involving the areas of Psychology, Education, Social Work, Health and Law. It is concluded that, despite being challenging, sharing care provides opportunities for multidisciplinary action and is fundamental for guaranteeing rights.

KEY WORDS: Psychology; Institutional hosting; Multidisciplinary.

1 INTRODUÇÃO

A partir da promulgação da Constituição Federal em 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, passou a ser vigente no Brasil a Doutrina da Proteção Integral. Com ela, o país assumiu o compromisso de promover as garantias necessárias para que todas as crianças e adolescentes possam vivenciar a plenitude de direitos enquanto base para a construção de uma sociedade igualitária, pautada na justiça social e na cidadania. Assim, estabeleceu-se a obrigatoriedade do compromisso do Estado, da sociedade e das famílias para efetivar estes direitos, sendo tarefa do Estado, em suas três esferas, construir possibilidades de superação da frágil realidade de muitas crianças e adolescentes brasileiros, afirmando a cidadania e a inclusão social da população infantojuvenil (BRASIL, 1988; 1990a; AMORIM, 2017).

Quando se identifica que estes direitos estão sendo violados, podem ser aplicadas, conforme o Art. 101 do ECA, algumas medidas protetivas. O acolhimento institucional é uma delas, sendo de caráter excepcional e provisório frente à existência de situações de violação de direitos, abuso ou negligência por parte dos pais ou responsáveis. Este é ofertado dentro da Proteção Social Especial, da Alta Complexidade do Sistema Único em Assistência Social (SUAS). O seu funcionamento deve estar em consonância com as prerrogativas do ECA, da Nova Lei de Adoção 12.010/2009 e do caderno de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 1990a; 2009a; 2009b).

No ano de 2020, mais de 30 mil crianças e adolescentes estavam em medida protetiva de acolhimento no Brasil, principalmente, em decorrência de negligência (30%), conflitos no ambiente familiar (15%), drogadição de integrantes da família (8%) ou orfandade (0,4%) (BRASIL 2020). São milhares de vidas e trajetórias diversas, às quais estes serviços estão imbuídos de prover condições de segurança e proteção para o desenvolvimento saudável, a garantia de direitos e o resgate da sua condição cidadã. Com isso, por meio das instituições de acolhimento, espera-se oferecer um espaço seguro para que a criança ou o adolescente possa se descobrir

e descobrir o outro, voltando a acreditar no potencial humano, enquanto sujeito em quem se possa confiar e construir projetos (MARIN, 2010).

Salienta-se que o encaminhamento de crianças e adolescentes vítimas de violações ao acolhimento institucional deve ser realizado quando restarem esgotadas as tentativas de aplicação de outras medidas, pois se constitui como uma intervenção drástica, a qual impacta significativamente a vida desses sujeitos. Conforme destacam diferentes estudos, embora a função principal do acolhimento institucional seja proteger as crianças e adolescentes dos riscos vivenciados, ele também marca as trajetórias de vida por experienciarem situações, por vezes, preconceituosas e estigmatizadas pelos contextos em que circulam na sociedade (WENDT; DULLIUS; DELL'AGLIO, 2017, ZAPPE; YUNES; DELL'AGLIO, 2016).

Diante dessa complexa realidade, nos serviços de acolhimento institucional há atuação de múltiplos campos de saberes e, por conseguinte, a interlocução entre diversos profissionais se faz imperiosa. Nessa direção, a atuação multidisciplinar envolve profissionais com diferentes habilidades e formações em favor de uma mesma questão, que é a proteção e cuidado integral de crianças e adolescentes. Desse modo, a multidisciplinaridade é compreendida como uma justaposição de disciplinas, que atuam simultaneamente em uma mesma questão, sem que os profissionais implicados estabeleçam entre si efetivas relações no campo técnico ou científico (FILHO, 1997).

Este artigo constitui-se de um relato das experiências de trabalho das duas primeiras autoras como profissionais da Psicologia integrantes de Equipes Técnicas em Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, na modalidade abrigo institucional. De acordo com as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, os abrigos devem ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inseridos na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, com padrões de dignidade. Além disso, devem ofertar atendimento personalizado, em pequenos grupos,

buscando favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local (BRASIL, 2009b).

As experiências relatadas neste artigo advêm da atuação em instituições de abrigo institucional distintas, situadas em dois municípios do Rio Grande do Sul, uma sob gestão municipal e outra por meio de convênio municipal com uma organização não governamental sem fins lucrativos. As instituições de acolhimento são serviços essenciais, com funcionamento ininterrupto durante 24 horas por dia, na medida em que se constituem como a moradia provisória de crianças e adolescentes. Já em relação à organização estrutural, uma das instituições de acolhimento possui 46 vagas de acolhimento, sendo composta por três casas abrigo e por duas Equipes Técnicas, enquanto que a outra instituição é composta por 20 vagas de acolhimento, com uma casa abrigo e uma Equipe Técnica.

O objetivo deste trabalho é, portanto, problematizar o compartilhamento do cuidado de crianças e adolescentes em acolhimento institucional por meio da interação entre profissionais da rede de atendimento, envolvendo as áreas da Psicologia, Educação, Serviço Social, Saúde e Direito, envolvendo tanto o institucional em si, quanto os espaços externos por onde os acolhidos e suas famílias circulam.

2 O FAZER MULTIPROFISSIONAL E AS AÇÕES DO PSICÓLOGO

Os técnicos do acolhimento institucional devem propiciar a interlocução de saberes, técnicas e olhares multiprofissionais e interdisciplinares, para que compreendam as peculiaridades implicadas sob uma visão ampla e integradora do contexto. A partir disso, tem-se um contexto facilitador para a implementação das metodologias participativas. A prática profissional do Psicólogo, ao fomentar um “intercâmbio dialógico”, ou seja, o desenvolvimento de relações sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla e de troca de saberes, volta-se para um olhar integrativo com a finalidade

de se somarem forças em benefício das crianças e adolescentes institucionalizados, os quais poderão ser capazes de transformar sua própria história de vida e o meio social em que estão inseridos (SILVA; DENARDI; BECKER; DELVAN, 2014).

De acordo com as normativas vigentes, a Equipe Profissional Mínima deve ser constituída por: um Coordenador, com formação de nível superior; dois componentes da Equipe Técnica, com nível superior (Psicólogo e Assistente Social), para cada 20 crianças e adolescentes; um Educador Social e um Auxiliar de Educador, para até dez crianças e adolescentes por turno de trabalho (BRASIL, 2009b). Na experiência das autoras deste artigo, as atividades do Psicólogo levaram em consideração a interação com Educadores Sociais e Auxiliares de Educadores Sociais, famílias e profissionais das áreas da Educação, Serviço Social, Saúde e Direito, o que será explicitado nos tópicos seguintes.

2.1 Interações com educadores sociais e auxiliares de educadores sociais

Os Educadores Sociais e Auxiliares de Educadores Sociais, também conhecidos como “monitores” ou “cuidadores”, são importantes agentes executores dos cuidados diários das crianças e adolescentes, constituindo-se como uma importante referência por promoverem a previsibilidade da organização da rotina institucional. No Brasil, não há regulamentação e formação específica para o exercício dessa função, diferente do que ocorre em outros países. No entanto, acredita-se que o exercício da função de Educador Social deva ser orientado tanto por conhecimentos populares sobre o cuidado de crianças e adolescentes, quanto por conhecimentos científicos de diferentes áreas, compondo um trabalho multidisciplinar. Os Educadores Sociais e seus Auxiliares desenvolvem as tarefas cotidianas, como o preparo de refeições, auxílio em rotinas de higiene e sono, acompanhamento na escola, apoio às tarefas escolares, entre outras (BRASIL, 2009b).

Essa atuação constitui-se desafiadora, uma vez que exige um envolvimento afetivo, mas que também é balizado pelo exercício de uma prática profissional, de forma que a peculiaridade da atividade do Educador Social se dá pela conjunção do acolhimento institucional ser um ambiente, ao mesmo tempo, familiar e profissional (GARCIA; SANTOS; PEREIRA; ARAGÃO, 2018). Por serem os cuidadores mais diretos, podem representar esteio em momentos de dor, sofrimento, solidão e angústia pelo afastamento dos lares de origem. Também pode ser um ator de propulsão de desenvolvimento saudável para este público que está em risco psicossocial. No entanto, é um grande desafio a formação de educadores sociais capazes de cumprir com estes requisitos (BERSCH; YUNES; GARCIA; PISCHE, 2018).

O Educador exerce uma função análoga a dos pais no cotidiano, devendo estar conscientes do seu papel junto ao desenvolvimento socioemocional. É preciso que sejam ativos e prontos a intervir para proporcionar orientação, bem-estar, momentos de trocas afetivas e regulação das emoções (MENDES; KAPPLER, 2018). Diante dessas atribuições, observa-se, pela experiência de trabalho, a importância da interação com a Psicologia, pois pode explicitar e valorizar o exercício destas funções, especialmente quando as frustrações inerentes ao cotidiano de trabalho tendem a conduzir para o enrijecimento e automatização da atividade laboral. Nessas interações entre Psicólogas e Educadores Sociais, identificam-se várias demandas advindas da relação com os acolhidos, tais como manejo de situações conflitivas relacionadas à diferença geracional e cultural, questões comportamentais, receio de namoros e relações sexuais; dificuldades em lidar com situações de agressividade, assim como com crises psiquiátricas. Outra demanda refere-se ao apego afetivo em relação a uma criança ou adolescente específico, o que acaba por gerar diferenças no cuidado e conflitos.

Além disso, a interação entre profissionais da Psicologia e Educadores Sociais também é importante em relação aos aspectos emocionais dos acolhidos, pois, ao conviver de forma próxima e constante, vivencia-se e acompanha, na prática, as sintomatologias psicológicas, os comportamentos, as impressões sobre o acolhi-

mento institucional, os comentários e diálogos sobre as questões familiares. Assim, as informações e observações trazidas pelos educadores sobre os acolhidos são de fundamental importância para compor o trabalho do profissional da Psicologia, inclusive, no sentido de contribuir e embasar a tomada de decisões judiciais. Da mesma forma, as orientações técnicas transmitidas pelo Psicólogo sobre formas de manejar o cotidiano e as particularidades da criança e do adolescente na rotina institucional também são de extrema relevância para o exercício da função do Educador Social.

2.2 A atuação do psicólogo em interface com o Serviço Social (dupla técnica)

Destacada a complexidade advinda da medida protetiva de acolhimento institucional, aponta-se a relevância da interlocução entre os profissionais da Psicologia e do Serviço Social, no âmbito das atividades realizadas enquanto componente da Equipe Técnica Mínima. Essa dupla técnica é diretamente responsável pela condução do percurso da criança ou do adolescente no período de acolhimento institucional. A partir das discussões, intervenções e acompanhamentos no espectro profissional de cada uma das áreas do conhecimento, utilizando de interlocuções secundárias com a rede, a dupla técnica constrói e executa o Plano Individual de Atendimento (PIA), documento que traça perspectivas para o percurso a ser trilhado durante o período de permanência na instituição. O objetivo do PIA é orientar as intervenções durante o período de acolhimento, visando a superação das situações que ensejaram a aplicação da medida protetiva (BRASIL, 2009b).

Destaca-se, pela experiência de atuação, que ambos os profissionais se constituem como referências de atendimento para os acolhidos, seus familiares e também para os demais atores da rede de atendimento. As abordagens das duas profissões podem somar-se no intuito de assegurar uma intervenção capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência (CONSELHO FEDERAL DE PSICO-

LOGIA; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2007). No entanto, o trabalho de reconhecer as questões psicológicas, emocionais e afetivas envolvidas nos casos atendidos, assim como a viabilização dos direitos e acesso às políticas sociais, além de assumir convergências pode apresentar divergências, próprias dos olhares que cada uma das disciplinas prioriza. Portanto, a atuação técnica não é solitária e o compartilhamento de ideias é uma constante, necessitando do exercício do diálogo e da comunicação para a construção de um fazer multidisciplinar.

Em síntese, no trabalho com as famílias devem ser consideradas tanto as questões objetivas quanto subjetivas. Aquela se refere ao encaminhamento para serviços da rede; fortalecimento das alternativas para gerar renda e garantir a sobrevivência da família; e organização de estratégias para conciliar cuidados com a criança e o adolescente, afazeres doméstico e trabalho (formal ou informal), dentre outras. Essa inclui relações familiares, formas de comunicação, significado da violência na família e do afastamento da criança ou adolescente do convívio, dentre outras.

2.3 A atuação do psicólogo em interface com a educação

As crianças e adolescentes em acolhimento institucional, em geral, são referenciadas em unidades escolares municipais ou estaduais públicas, de acordo com a proximidade geográfica e também com a disponibilidade de vagas. Compreende-se que o vínculo com estas unidades escolares que atendem as demandas educacionais nos territórios das unidades de acolhimento seja um fator determinante para o bom andamento do percurso educacional dos acolhidos. A sensibilização da equipe escolar em relação às particularidades do público que é atendido, bem como o compartilhamento das demandas emergentes de cada sujeito contribui para a promoção do melhor atendimento. Dessa forma, a atuação do profissional da Psicologia com o ambiente escolar está associada ao comparecimento em reuniões, contatos com professores, acompanhamentos sobre o desempenho

escolar e relações estabelecidas nesse ambiente, buscando compreender as questões psicológicas associadas.

Nestas intervenções, frequentemente, identificam-se estigmas e comportamentos preconceituosos vivenciados por crianças e adolescentes institucionalizados, justamente por estarem vinculados a instituições de acolhimento. Algumas situações que revelaram esses estigmas foram, por exemplo: quando os adolescentes solicitaram com veemência que não os deixassem em frente à escola, ou pediam que, quando necessário, o acompanhamento fosse realizado por um mesmo Educador, pois, caso questionados, poderiam informar que era algum familiar, como a mãe ou uma tia. Estes pedidos se davam sob o argumento de que sinalizar socialmente que “residiam em um abrigo” suscitaria comportamentos discriminatórios e excludentes dos seus pares, revelando a estigmatização associada à vivência institucional. As dificuldades de socialização são aspectos que comumente geram sofrimento para crianças e adolescentes institucionalizados. Diante desta realidade, reforça-se a importância de uma comunicação efetiva e contínua com a escola, visando romper com esses paradigmas, que reverberam em adoecimento psíquico, déficit na aprendizagem e violação de direitos. Essa comunicação é realizada pela Equipe Técnica e também pelos Educadores Sociais e Auxiliares.

De acordo com Marin (2010), ao adentrar em uma instituição, fazem-se presentes relações com sujeitos que não possuem as mesmas experiências, exemplificando isso com o contexto escolar, onde convivem e se deparam com outros colegas e amigos que vivem juntamente a suas famílias; ou ainda, quando se apaixonam e vivem sua sexualidade com sujeitos do “mundo de fora”, podendo emergir necessidade de entender e questionar a própria história, vivenciando possíveis circunstâncias de angústia e dor. Nestas circunstâncias, torna-se inerente à experiência deparar-se com suas faltas, diante da realidade que o acolhimento institucional impõe.

Somente em uma das instituições contempladas neste artigo, havia um profissional da Pedagogia compondo a equipe para contribuir com as demandas educacionais. Este profissional, nas normativas de recursos humanos, não é exigido, mas, de

forma excepcional, a partir da análise dos déficits educacionais e do fechamento das escolas no período crônico de pandemia, o Ministério Público orientou à gestão municipal esta contratação. Nesse caso, a atuação da Pedagoga era centralizada no processo educativo formal, relacionada ao desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes institucionalizados, envolvendo avaliação das aprendizagens e criação de estratégias para superação das dificuldades identificadas com essas avaliações. Tal articulação do saber pedagógico dentro do serviço de acolhimento institucional vem ao encontro do que Libâneo (2005) compreende sobre educação, quando refere que ocorre em espaços sociais, abarcando práticas educativas em educação formal, não formal e informal. Faz-se pertinente destacar que a profissional não realizava as tarefas escolares com as crianças e adolescentes acolhidos, sendo esta uma atribuição dos Educadores Sociais e Auxiliares de Educadores Sociais.

Na experiência da outra instituição de acolhimento, em que não havia este profissional, percebe-se que as demandas educacionais e escolares dos acolhidos acabavam por ser supridas pelos Educadores Sociais e Auxiliares de Educador. Assim como explicitado, por exercerem papel análogo à família, esses profissionais são orientados a conferir atividades escolares, agendas, tarefas de casa e tentar contribuir, conforme as suas possibilidades, nas demandas escolares. Cabe referir que é pré-requisito, de acordo com as normativas, que para exercer o cargo de Educador Social tenha-se nível médio e para Auxiliar de Educador Social, o nível fundamental. No entanto, muitas vezes, a escolaridade dos profissionais e o tempo que não mais revisitaram os conteúdos escolares traziam dificuldades para, na prática, efetivarem essas contribuições.

2.4 A atuação do psicólogo em interface com profissionais da saúde

A saúde pode ser caracterizada como um estado de razoável harmonia entre o sujeito e a sua própria realidade, a partir de um somatório de elementos que a

constituem (SEGRE; FERRAZ, 1997). Diante disso, as ações multidisciplinares da Psicologia juntamente com outros Psicólogos que compõem a rede de atendimento, Enfermeiros, Nutricionistas e Médicos, dentre outras ações, contribuem para ações em prol da criança ou do adolescente acolhido.

Em relação à Enfermagem, somente uma das instituições representadas neste artigo conta com esse profissional, que é responsável pela organização e distribuição das medicações que devem ser administradas, inclusive as psiquiátricas, e também agendamentos em saúde na rede de atendimento, envolvendo Unidade Básica de Saúde, Pronto Atendimento e serviços de saúde especializados. A articulação entre o profissional da Psicologia e da Enfermagem é relevante na discussão dos casos e nas tomadas de decisões sobre as diretrizes a serem seguidas em cada situação, atuando concomitantemente também em relação ao atendimento das demandas psicológicas envolvidas, uma vez que a saúde física é indissociável das questões psíquicas. Com frequência, as crianças e adolescentes chegavam à instituição de acolhimento com sintomas e queixas associadas às negligências, violências físicas e sexuais vivenciadas anteriormente, que são situações complexas que demandam cuidado compartilhado, repercutindo em sensações de segurança e proteção. Além disso, estabeleceu-se uma parceria entre Enfermagem e Psicologia em intervenções com fins de educação sexual, por exemplo, que é uma temática tão relevante de ser abordada em contextos como o do acolhimento. O enfermeiro, por ser um profissional que, na rotina institucional, realiza a aplicação de métodos anticoncepcionais injetáveis e realiza testes de gravidez, também tem muito a contribuir com esta temática.

Um profissional da Medicina atuava em uma das instituições, na qual não havia profissional da Enfermagem. Este profissional realizava consultas mensais nas dependências da própria instituição, com atuação pautada na Clínica Geral. Assim, o propósito do seu fazer profissional eram atendimentos básicos em saúde, mediante acompanhamento do estado geral de saúde e emissão de receitas. A interação entre profissionais da Medicina e Psicologia se dava por meio da reali-

zação de conversas prévias às consultas individuais, de modo a contribuir para a compreensão dos comportamentos apresentados que ensejavam essa interlocução. As demandas advinham principalmente da identificação de sofrimento psíquico e dos efeitos das medicações prescritas previamente na (dis)funcionalidade dos acolhidos no cotidiano. Na outra instituição de acolhimento, um profissional da Medicina realiza intervenções com a mesma finalidade, porém, de forma voluntária, conforme disponibilidade.

A inserção deste profissional dentro da instituição é um ponto que, corriqueiramente, gera debates. Há de se considerar que a convivência comunitária é um dos princípios orientadores do serviço, o que deveria pressupor a utilização dos demais serviços disponíveis no território, por meio de acesso universal e igualitário (BRASIL, 1990b). Esta abordagem que aproxima os sujeitos dos serviços presentes no território facilitaria em ocasiões de pós-desacolhimento, pois já estariam referenciados e vinculados aos demais serviços do SUS, constituindo-se esta aproximação como um importante fator de proteção. Ademais, carências estruturais também dificultavam o exercício da Medicina na instituição, pois, por exemplo, não havia uma sala exclusiva para esse perfil de atendimento, com os instrumentais adequados à avaliação médica.

A interação com profissionais de saúde também se materializa em questões alimentares, as quais possuem grande influência na experiência de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, afinal, questões emocionais também podem se manifestar através de comportamentos alimentares. Ressalta-se que o direito à alimentação é muito mais do que comer para sobreviver, pois permite uma vida saudável e ativa, para propiciar tanto nutrição quanto prazer. O conceito de segurança alimentar diz respeito ao direito de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONTI, 2009). Assim, o acesso à alimentação de qualidade, com refeições fixas e adequadas aos horários do dia

(café da manhã, almoço, lanche da tarde, janta e ceia), possuem a conotação de que o alimento bem preparado representa cuidado, preocupação e afeto.

No entanto, nem sempre esta é a realidade para o público majoritário de famílias que são atendidas no acolhimento institucional. A carência de recursos financeiros gera a desnutrição, que pode ser entendida como a consequência de um processo contínuo de carência alimentar, ingerindo menos que o necessário para o desenvolvimento adequado (MANIGLIA, 2009). No acolhimento institucional, comumente apresentam-se demandas individuais em relação à alimentação, como em casos de aumento de peso durante o período de acolhimento, especialmente em situações de permanência prolongada, ou ainda, circunstâncias de compulsão alimentar em contextos de insegurança alimentar na história pregressa. Além disso, sintomas de ansiedade e depressão, assim como o uso de medicações psiquiátricas, também influenciam diretamente na alimentação, surgindo discussões acerca do valor afetivo que possuem.

A interação com outros Psicólogos, que integram serviços da rede de atendimento, torna-se necessária se considerarmos que a Psicologia, nas unidades de acolhimento, não realiza atendimentos clínicos semanais, com finalidade terapêutica, ou seja, de psicoterapia. Ao contrário disso, em conformidade com as prerrogativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o atendimento realizado é caracterizado como psicossocial, pois envolve um conjunto de atividades e ações psicossocioeducativas, de apoio e especializadas, desenvolvidas individualmente e em pequenos grupos (prioritariamente), de cunho terapêutico, com níveis de verticalização e planejamento (início, meio e fim), de acordo com o plano de atendimento (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Assim, considerando as questões emocionais que envolvem o público atendido nas instituições de acolhimento, em muitos casos, apresentam-se consideráveis adoecimentos emocionais, principalmente, em decorrência das questões familiares. Dessa maneira, quando identificado pela Psicóloga da instituição demandas para atendimento psicoterápico clínico, busca-se o encaminhamento da criança

ou adolescente à rede de saúde mental (por meio do SUS). Estes profissionais permanecem em constante diálogo, embora haja respeito à ética do sigilo. Estes atendimentos eram realizados, nas diferentes instituições, por serviços como Núcleo de Apoio à Saúde da Família-NASF, CAPS Infantil, Ambulatórios de Saúde Mental e Clínicas-escola de universidades.

Nesse ínterim, destaca-se a relevância dos demais setores da rede de proteção na retaguarda do atendimento no serviço de acolhimento institucional, de maneira que o atendimento psicoterapêutico não se refaça nos modelos de abandono já vividos, mas sim, que ofereça uma vivência de vínculo estável e seguro. Compreende-se que essas intervenções contribuem para a construção de um futuro, no qual o desejo possa existir e a potência de realizá-lo ocupe seu lugar de fato. As intervenções psicológicas efetivam-se como uma relevante articulação entre o saber clínico, o fazer social e a crença na potência do ser humano, presente inclusive nos contextos mais adversos ao desenvolvimento (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2018).

2.5 A atuação do psicólogo em interface com o Direito: o Poder Judiciário e o Ministério Público

A entrada, permanência e saída de crianças e adolescentes que vivenciam a medida protetiva de acolhimento institucional são definidas e acompanhadas pelo saber jurídico, representado pelo Juiz e pelo Promotor de Justiça, assim como demais atores do Sistema de Justiça. Mediante as intervenções que vão sendo realizadas, vão sendo apresentadas, com embasamento técnico, as percepções sobre os enredos e contextos familiares. Essas interlocuções são efetivadas através do PIA (Plano Individual de Atendimento) e de Relatórios Técnicos Multiprofissionais (com frequência mínima trimestral para reavaliação de cada caso), assim como em ocasiões formais de audiências. Nestes, sugerem-se ações com vistas a favorecer o desenvolvimento dos acolhidos. Dessa maneira, juntamente com demais atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), assim como com o Conselho Tutelar,

que também integra esta dinâmica de atuação com o Poder Judiciário, analisa-se o passado, as movimentações atuais e sugere-se sobre o futuro das crianças e adolescentes que se encontram nas instituições.

Assim, decorrem ações judiciais que englobam, por exemplo: acompanhamento do processo de reintegração familiar; investigação e responsabilização dos agressores nos casos de violência contra a criança ou adolescente; investigação de paternidade; determinação de pagamento de pensões alimentícia; fiscalização do atendimento prestado nos serviços de acolhimento; determinação de colocação em família substituta; deferimento da guarda, tutela ou adoção, dentre outras ações (BRASIL, 2009b). Nessa dinâmica, havendo como princípio norteador a provisoriedade da medida protetiva de acolhimento institucional, faz-se necessária uma comunicação aberta e dinâmica, tendo em vista que o saber jurídico se apoia nos demais saberes para embasar sua decisão, podendo atender ou não as sugestões realizadas. Tal decisão reverbera no cotidiano do acolhimento institucional, de modo que a Equipe Técnica é a interlocutora dessas decisões nas vidas daqueles que ali estão.

Conforme as peculiaridades de cada caso, constatam-se consideráveis as expectativas que vão sendo geradas por parte das crianças e adolescentes à espera de decisões jurídicas que repercutem diretamente em suas questões familiares e cotidianas. Assim, percebe-se um impacto na instituição, quando da iminência ou após estas ocorrerem, como, por exemplo: diminuição ou aumento de conflitos; repercussões em casos de evasão; busca pela equipe técnica para saber decisões tomadas em audiências ou determinações judiciais, aumento ou diminuição da frequência escolar; aumento ou diminuição de apetite; maior ou menor isolamento entre os pares, etc. Desse modo, o saber psicológico contribui com o entendimento dessas manifestações comportamentais e intervenções específicas que são planejadas para melhor acolher e compreender.

3 CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste trabalho foi problematizar o compartilhamento do cuidado de crianças e adolescentes em acolhimento institucional por meio da interação entre profissionais da rede de atendimento, envolvendo as áreas da Psicologia, Educação, Serviço Social, Saúde e Direito. Conclui-se que, apesar de desafiador, o compartilhamento do cuidado oportuniza a atuação multidisciplinar e é fundamental para a garantia de direitos e a proteção integral. Essas articulações não podem cessar após o término do período de acolhimento institucional, devendo ser um trabalho contínuo e engajado com as demandas apresentadas. Se o devido suporte e apoio às famílias não se concretizarem, podem culminar em revitimizações e, conseqüentemente, em reacolhimentos. Portanto, considerando o conceito de multidisciplinaridade explicitado, o trabalho de referência e contrarreferência é essencial e vital no manejo de situações, com compromisso ético. Com isso, favorecem-se trocas de informações técnicas fidedignas, bem como o trânsito do próprio sujeito no sistema, para não restar desamparado ou vulnerável.

Salienta-se que as Equipes Mínimas, de acordo com as normativas e legislações vigentes, exigem a presença da Psicologia e do Serviço Social dentro das instituições de acolhimento. No entanto, de acordo com as demandas individuais e opções por investimentos em outras áreas do conhecimento, também podem compor as equipes profissionais de Pedagogia, Enfermagem, Medicina e Nutrição, como relatado nesse artigo. Se, por um lado, a presença de diferentes profissionais dentro dessas instituições possibilita um cuidado com maior integralidade, por outro, é preciso ponderar o quanto facilita ou prejudica o cuidado em rede e a vinculação aos territórios, além do quanto representa a configuração de uma instituição total (GOFFMAN, 2001).

No entanto, seja dentro das instituições de acolhimento, seja pela articulação em rede, ressalta-se que o trabalho multidisciplinar garante um cuidado integral que pode beneficiar as crianças, adolescentes e suas famílias. Com base nisso, no decorrer da construção dessas discussões, percebeu-se a importância de se

tentar realizar um salto do trabalho caracterizado como multidisciplinar para uma ação interdisciplinar. Essa progressão, na prática, envolve maior complexidade comunicacional e mais desafios no fazer profissional. No entanto, quando se pressupõe um trabalho executado por meio de uma abordagem com maior integralidade no atendimento e no cuidado, as ações têm um alcance de maior amplitude e impacto social.

Como se pôde observar, claramente, a partir do relato das experiências profissionais nas instituições de acolhimento discutidas neste artigo, não seria possível promover a proteção integral para crianças, adolescentes e suas famílias, sem que houvesse um trabalho integrado. O somatório da atuação de todos os profissionais citados, além de tantos outros mais, permite colocar em prática o melhor interesse da criança e do adolescente e traçar perspectivas futuras com mais dignidade, proteção e garantia de direitos. Quanto mais conjunta for a atuação, mais se favorece o sujeito. Assim, a partir da necessidade de aplicação de uma medida protetiva tão drástica nas trajetórias de vida de crianças e adolescentes, que este trabalho seja desempenhado um trabalho comprometido e engajado com a causa a que se propõe.

REFERÊNCIAS

AMORIM, D. C. **A doutrina da Proteção Integral de crianças e adolescentes nas políticas sociais: a realidade de Chapecó.** 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BERSCH, A. A. S.; YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M.; PISKE, E. L. Educador social promotor de boas práticas e resiliência em instituições de acolhimento. In: **Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: Teorias e evidências científicas para boas práticas.** Curitiba: Juruá, 2018. p. 253-266.

BRASIL. Constituição da **República** Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23 abr. 2023.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** 1990a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 23 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 23 abr. 2023.

BRASIL. Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção; altera a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.** 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em 23 br. 2023.

BRASIL. Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** 2. ed. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). 2009b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em 23 abr. 2023.

BRASIL. **Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.** Brasília: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo.** Brasília: CFP. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social.** Brasília: CFESS; CFP. 2007.

CONTI, I. L. **Segurança alimentar e nutricional: noções básicas.** Passo Fundo: IFIBE, 2009.

DELL'AGLIO, D.; ZAPPE, J. G. Risco e proteção no desenvolvimento de adolescentes que vivem em diferentes contextos: Família e institucionalização. **Revista Colombiana de Psicologia**, Bogotá, v. 25, n. 2, p. 289-305, 2016. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-54692016000200007. Acesso em 23 abr. 2023.

FILHO, N. A Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 2, n. 1-2, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZvbpZyt8VYHSQT4jbcWzbHw/?lang=pt>. Acesso em 23 abr. 2023.

GARCIA, M. L. D. G.; SANTOS, K. C. S.; PEREIRA, D. C.; ARAGÃO, M. S. Grupos de trabalho e formação continuada em serviços de acolhimento. In: CAVALVANTE, L. I. C.; et al., (Org.). **Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: Teorias e evidências científicas para boas práticas**. Curitiba: Juruá, 2018. p. 205-220.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Psicoterapia com crianças e adolescentes acolhidos**. Editora Zagodoni, 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARIN, I. S. K. **FEBEM, Família e identidade (O lugar do Outro)**. 2. ed. São Paulo: Editora Escuta, 2010.

MENDES, D. M. L. F.; KAPPLER, S. R. Afetividade e socialização da emoção no contexto de acolhimento institucional: os educadores sociais como agentes no desenvolvimento emocional infantil. In: CAVALVANTE, L. I. C.; et al., (Org.). **Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: Teorias e evidências científicas para boas práticas**. Curitiba: Juruá, 2018. p. 221-236.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**. v. 31, n. 5, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/ztHNk9hRH3TJhh5fMgDFCFj/abstract/?lang=pt>. Acesso em 23 abr. 2023.

SILVA, C. D. L. da; DENARDI, R. C.; BECKER, A. P. S.; DELVAN, J. da S. (2015). A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 55-65. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100005. Acesso em 23 abr. 2023.

WENDT, B.; DULLIUS, L.; DELL'AGLIO, D. D. Imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703004012016>. Acesso em 23 abr. 2023.

ZAPPE, J. G.; YUNES, M. A. M; DELL'AGLIO, D. D. Imagens Sociais de Famílias com Crianças e Adolescentes: Impacto do Status Socioeconômico e da Institucionalização. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 83-98, 2016.



AUTORES

Kélen Medianeira Pozzobon

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Atuou em um Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.

E-mail: kelenpozzobon@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5213-2211>

Renata Petry Brondani

Psicóloga de uma instituição de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: renata_pb@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7251-1449>

Jana Gonçalves Zappe

Professora Adjunta no Departamento de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Psicologia pela UFSM e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (UFRGS).

E-mail: jana.zappe@ufsm.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4452-643X>